



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

VÂNIA CORREIA DA COSTA

**MOVIMENTO JOVEM EM PROL DA CIDADANIA: UMA ANÁLISE
DO PROJETO RONDON**

Brasília – DF

2019

VÂNIA CORREIA DA COSTA

**MOVIMENTO JOVEM EM PROL DA CIDADANIA: UMA ANÁLISE DO
PROJETO RONDON**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor(a) Orientador(a): MSc. Fernanda
Jaqueline Lopes

Brasília – DF

2019

VÂNIA CORREIA DA COSTA

**MOVIMENTO JOVEM EM PROL DA CIDADANIA: UMA ANÁLISE DO
PROJETO RONDON**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

VÂNIA CORREIA DA COSTA

MSc. Fernanda Jaqueline Lopes
Professor-Orientador

MSc Roque magno de Oliveira,
Professor-Examinador

MSc Olinda Maria Gomes Lessa
Professor-Examinador

Brasília, 27 de Abril de 2019

A Deus...
E aos meus pais:
Marilda e Baltazar (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida sem a qual nada seria possível e também à oportunidade concedida. Mesmo quando achava que era impossível o Senhor dizia: “[...]: “O que é impossível aos homens é possível a Deus”.” (Lucas 18, 27).

À minha mãe, Marilda, que me incentivava mesmo quando eu não tinha mais forças e já não acreditava em mim mesma.

Aos meus irmãos, Gabriel e Gabriela, em especial a minha irmã pelo incentivo e atenção, sempre à disposição para ouvir minhas angústias e que me impulsionava a trilhar novos caminhos.

Ao meu marido Luiz pela paciência e compreensão na realização de mais um sonho.

.A minha colega e amiga Kely pelo apoio psicológico, por está sempre disposta a me ouvir e por acreditar na minha capacidade.

A minha colega Fabiana por ajudar tanto na construção do meu tema e pela disponibilização de materiais bibliográficos.

Ao meu coordenador Eder, ao meu diretor Alexandre e a Decana Olgamir pela confiança depositada em mim e pelo suporte para a concretização da pós.

Aos educadores e tutores que passaram pela turma GPM_BUR 02.

A minha orientadora e educadora MSc. Fernanda Lopes pelos ensinamentos compartilhados ao longo do curso e pelo estímulo na construção deste trabalho.

Aos educadoras da banca examinadora: MSc Roque magno de Oliveira e MSc Olinda Maria Gomes Lessa, pelos aprendizados proporcionados no decorrer do curso e pela disponibilidade em contribuir com este trabalho ao fazerem parte da banca examinadora.

A todos o meu muito obrigada!

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”. (Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

O presente estudo ressalta a importância do Projeto Rondon através das suas ações. O estudo analisa e ressalta as ações e estratégias protagonistas desenvolvidas por estudantes universitários do Projeto Rondon que auxiliam na preservação ambiental, redução da violência e fomento à cidadania. Foi visto que muitas ações têm sido realizadas, porém ainda há uma tendência com o tradicional, com a falta de instrumentos para que os universitários ocupem um lugar de destaque dentro do atual esquema educacional brasileiro tendo em vista que as possibilidades de desencadeamento de mudanças efetivas a partir de um processo de capacitação em educação em direitos humanos estão relacionadas à capacidade de aliar o sentir e o pensar na discussão de situações da realidade. Para tanto, foi revisada a literatura sobre os temas “cidadania”, “extensão universitária” e “protagonismo juvenil”. Concluiu-se ao final do estudo que o movimento de ação, reflexão e ação transformadora corresponde às exigências desse desafio. Nesse sentido, o Projeto Rondon, desenvolvido junto às universidades em torno da defesa de direitos humanos certamente originará novas iniciativas e projetos voltados a novas necessidades e valendo-se dos recursos disponíveis nos diferentes contextos interativos dos participantes do Projeto.

Palavras-chave: Cidadania. Protagonismo Juvenil. Projeto Rondon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Projeto Rondon em municípios rondonenses.....	31
Figura 2 - Projeto Rondon na Amazônia.....	32
Figura 3 – Projeto Rondon em atuação no Pará.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EC - Emenda Constitucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IES - Instituições de Ensino Superior

IIDAC - Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGs - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PNE - Plano Nacional de Extensão

PNPS - Política Nacional de Promoção da Saúde

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Contextualização	10
1.2	Formulação do problema.....	10
1.3	Objetivo Geral	11
1.4	Objetivos Específicos.....	11
1.5	Justificativa	11
2	REVISÃO TEÓRICA	13
2.1	Cidadania.....	13
2.2	Protagonismo Jovem em movimentos pró-cidadania	17
2.2.1	O protagonismo juvenil.....	19
2.3	Protagonismo como prática de combate à violência e fomento à cidadania.....	23
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	27
3.1	Delineamento do estudo	27
3.2	Procedimentos de coleta de dados.....	28
3.3	Tratamento dos dados	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	34
	REFERÊNCIA	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No século XVIII, a cidadania desponta, na Europa, com a queda dos regimes absolutistas e o advento do indivíduo como sujeito de direitos. A Revolução Francesa (1789) foi um marco importante de inflexão política (TAVARES NETO; SILVA, 2013).

Ao se considerar a realidade brasileira, percebe-se que a cidadania sempre foi vivenciada de forma contraditória aos próprios princípios do liberalismo, convivendo com o instituto da escravidão e com inúmeras formas de exclusão social, relegando grande parte dos brasileiros à condição de párias sociais, sem nenhuma participação política efetiva. A lei *in abstracto* garantia a cidadania a todos, entretanto, sua efetivação se restringia a um círculo reduzido de pessoas.

No contexto das contradições operadas entre a lei, o direito e sua efetivação é que surgem os movimentos sociais, com caráter reivindicatório de direitos e efetivação de direitos, buscando a realização da cidadania para todos, como vida digna, trabalho, terra, moradia, direitos das mulheres etc., tendo atuação de grande relevância no processo de mudanças sociais e políticas no país.

Procura-se analisar, portanto, a relação entre cidadania e movimentos sociais empreendidos pelo Projeto Rondon no Brasil, e a contribuição efetiva destes movimentos sociais para a construção da cidadania, mormente em face da realidade brasileira.

1.2 Formulação do problema

Ao passo em que se percebe no mundo contemporâneo a condição juvenil ser enaltecida, paradoxalmente os jovens estão sujeitos a condições estruturais não favoráveis aos exercícios dos processos de transformação, em razão da desigualdade social, miséria, violência, conflitos armados, desemprego, ausência de oportunidades – expressões da “questão social”. Porém, a educação abre espaço para oportunidades para este segmento populacional sendo importante que

as escolas estejam comprometidas com a atuação juvenil e, conseqüentemente, com o exercício da cidadania.

Nesse contexto, a questão que norteou esse estudo foi: como as ações e estratégias protagonistas desenvolvidas por estudantes universitários participantes do Projeto Rondon podem auxiliar na preservação ambiental, redução da violência e fomento à cidadania?

1.3 Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo geral discutir como as ações e estratégias protagonistas desenvolvidas por estudantes universitários participantes do Projeto Rondon podem auxiliar na preservação ambiental, redução da violência e fomento à cidadania.

1.4 Objetivos Específicos

- Revisar a literatura sobre os temas “cidadania”, “extensão universitária” e “protagonismo juvenil”;
- Descrever o Projeto Rondon, bem como seus objetivos e ações;
- Identificar a importância do Projeto Rondon para o fomento ao protagonismo juvenil e cidadania.

1.5 Justificativa

O estudo se mostra relevante tendo em vista o quadro de muitas carências suportadas pela sociedade, acompanhado pelo insuficiente aparato estatal, que não tem sido capaz de responder às demandas da sociedade, deixando à margem do caminho milhares de pessoas que não conseguem ter acesso aos direitos básicos que lhes proporcionem gozar do status de cidadãos.

Ademais, este estudo indica caminhos para as gestões municipais, que em parceria com estudantes universitários, poderão obter melhores resultados em termos de preservação ambiental, redução da violência e fomento à cidadania.

A motivação para a elaboração desta pesquisa se deu também porque não foram encontrados estudos sobre o impacto do Projeto Rondon em comunidades.

Assim, busca-se demonstrar que projetos de extensão universitária podem auxiliar as comunidades carentes a entender-se como cidadãos, sujeitos de direitos e deveres, empoderando-lhes e fomentando o desejo de buscar caminhos para transformar as suas vidas e a de sua comunidade.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Cidadania

O conceito de cidadania teve origem nas antigas religiões, na civilização grega e no Império romano. Segundo Bittencourt (2017, p.3), “as religiões antigas já transmitiam uma noção de igualdade abstrata, ao passo que os gregos expressavam a noção de liberdade e de valores republicanos”.

O termo cidadão, muitas vezes, fora utilizado para referir-se a pessoas de alto escalão. Onde, além de dividir e discriminar restringe à participação política, na qual apenas a elite participava. Tal como no Antigo Regime português, por exemplo, na qual “a ocupação de cargos na administração municipal constituía-se na principal via de exercício da cidadania” (ABREU, 2003, p.144).

Segundo Burke (2008) existiam cinco modos de se tornar ou ser cidadão. O primeiro modo tratava-se do nascimento, na qual bastava nascer filho ou neto de um cidadão. A segunda forma era por concessão por merecimento. A terceira maneira seria no quesito constitucional, exercendo funções do governo. A quarta seria pelo matrimônio, ou seja, casar com filhas de cidadãos. E por fim, a quinta forma, seria pelo simples fato de ser letrado. Ou seja, nem todos eram considerados cidadãos na cidade.

Quando os laços entre Brasil e Portugal foram rompidos, foi criada a primeira Constituição Política do Império do Brasil em 1824, baseada na noção de direitos civis e políticos, classificando e qualificando então, os cidadãos em passivos e ativos usando como parâmetros sua renda, os benefícios de voto e candidatura/eleição (ABREU, 2003). Como explica Abreu:

[...] o século XX viu surgir no Brasil outras concepções de cidadania, não necessariamente relacionadas ao exercício do direito político de voto. a cidadania também foi pensada e proposta como defesa de direitos civis e garantia de direitos sociais, forjando-se uma multiplicidade de concepções do que é ser cidadão (ABREU, 2003, p.149).

Vinculado à ideia de direitos, o conceito de cidadania tem vínculo efetivo aos direitos civis e políticos desde sua criação. O voto por sua vez, é visto como principal instrumento, fazendo com que a cidadania fique restringida ao seu âmbito político, que teve origem no século XIX (ABREU, 2003).

Entretanto, é de suma importância ressaltar que na Constituição Federal de 1988, no que diz respeito aos princípios fundamentais, o artigo 1º diz que:

Art. 1º - a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político (BRASIL, 1988, s.p).

Ou seja, o Estado é quem garantirá por meio da política, o exercício dos direitos, sejam eles políticos ou civis, dos cidadãos.

No século XX, os direitos sociais foram situados em seu sentido primordial: “o de garantir condições de vida e trabalho aos cidadãos de uma sociedade, assegurando-lhes certa segurança e participação, ainda que pequena, na riqueza e bem estar coletivos” (ABREU, 2003, p.153).

Dentro dos direitos sociais, a educação, saúde e trabalho se fundamentam, então os indivíduos “garantem a vida, a liberdade e dignidade moral dos cidadãos que pactuam politicamente” (ABREU, 2003, p.153).

Assim, a concepção de cidadania pela ótica das liberdades e igualdades surge para consagrar um Estado moderno, que deu origem ao derradeiro modo de produção estabelecido.

Nessa perspectiva a cidadania é uma criação racional que surge para atender as exigências estritas do modo capitalista de produção.

Burke (2008) entende que existiu uma sequência histórica sobre o processo de cidadania no caso inglês. Primeiramente surgiram os direitos civis, seguidos pelos direitos políticos e, por fim, pelos direitos sociais. A parte civil engloba os elementos necessários à liberdade individual. A parte política engloba o envolvimento na vida política e a parte social agrupa os subsídios compreendidos dentre o menor dos direitos ao bem-estar econômico, incluindo segurança, direito de participação à herança cultural, entre outros. Porém, esta sequência não se consubstancia em

uma ordem e, desta forma, não são todas as nações que a seguem, como, por exemplo, o Brasil, país em que o processo de construção da cidadania se mostrou complexo e fragmentado. Conforme demonstra Abreu:

A dinâmica entre direitos civis, políticos e sociais, própria de qualquer processo de construção de cidadania, sofreu, em cada exemplo histórico, algumas particularidades no que diz respeito ao ritmo em que se estabeleceram e à importância que cada um assumiu ante a população. No caso do Brasil, aceleração desse processo a partir do início do século XX e a centralidade que os direitos sociais ganharam, desde os anos de 1930 e 1940, imprimiram à nossa experiência características que precisam ser consideradas. Justamente em função dessas características, o país chega ao início do século XXI tendo realizado muitos avanços, mas sofrendo de muitas carências no que refere ao gozo de direitos que compõem o exercício de uma cidadania efetivamente democrática (ABREU, 2003, p.155).

Na teoria, sabe-se que a cidadania é muito importante para que as pessoas possuam uma melhor organização social. O exercício da cidadania requer a consciência de direitos e deveres. Junto à Declaração Universal dos Direitos Humanos, são encontrados alguns tópicos considerados universais, estando entre eles o direito à educação, saúde, moradia, trabalho, entre outros que se encaixam nesta categoria de direitos.

A prática consiste em usufruir dos direitos, que na teoria, todos os cidadãos têm, porém, ainda no século XXI enfrentam-se grandes desafios. Para que todos tenham a possibilidade de usufruir de seus direitos, a luta pelos direitos políticos e civis ainda continua, tal como a luta pelo resguardo dos direitos sociais (ABREU, 2003).

É importante ressaltar que a cidadania deve estar presente em todos os setores da sociedade e não se limita apenas à escola, mas ela é fundamental nesse processo, sendo esta um meio que prepara para a cidadania. Sendo assim, fazer com que o aluno se identifique como um ser ativo e agente histórico capaz de transformar a história com criticidade e não apenas aceitar o passado, mas questioná-lo.

Mesmo sabendo que o processo de cidadania abrange todas as disciplinas, muitos acreditam que este somente é responsabilidade das “áreas de humanas”, sendo elas a História, Geografia, Filosofia e Sociologia. No entanto, todos os professores deveriam de certa forma abordar em suas aulas a cidadania e criticidade.

No final do século XIX a História se separou da Filosofia, surgindo como disciplina escolar, com a função de formar e preparar os sujeitos para a vida social, auxiliando na construção da democracia e da cidadania.

Até meados do século XX a história positivista, que servia à ideologia das classes dominantes, prevalecia e buscava a legitimação da “ordem”, fundamentada em instituições e elite. Dito de outra forma, uma história política, porém, com o advento da escola dos *Annales* no ano de 1929, esta historiografia foi questionada.

A partir da escola dos *Annales*, foi possível ter acesso ao que é denominado “história total”, uma história vista de baixo, que busca abranger “o todo” da sociedade, como o cotidiano das pessoas consideradas comuns, que aproxima o indivíduo, e não mais a história “heroica” narrada anteriormente (BURKE, 2008, p.19).

Segundo Santos, a História pode ser compreendida como:

[...] uma disciplina que desenvolve a imaginação e espírito crítico, com possibilidades de compreender diferentes pontos de vista. Independente do nível de escolarização a História contribui para a cidadania, pois com ela é possível relacionar o passado com o presente, e ainda perspectivar o futuro, pois situa o indivíduo no contexto social onde está inserido, pautando, por conseguinte, sua compreensão e ação em sua vida cotidiana (SANTOS, 2014, p.20).

Assim, a disciplina de História, integrante de um currículo escolar acaba por ter papel fundamental na formação do cidadão atuante e consciente, levando o aluno a identificar-se como protagonista de sua própria história e agente transformador, pois a mesma abrange a formação intelectual e cognitiva, ao mesmo tempo em que estabelece relação com a formação do cidadão. Dessa forma torna-o capaz de compreender seu lugar no mundo, trazendo para si a capacidade do entendimento de seu tempo e seu autorreconhecimento como sujeito.

2.2 Protagonismo Jovem em movimentos pró-cidadania

Ser protagonista é ser o personagem principal, ou seja, a figura central dentro de uma determinada categoria. Muito tem se falado atualmente sobre “ser protagonista” ou “protagonizar” algo, que também tem associação com o novo, o “ser vanguardista” (SOUZA, 2009).

Essa premissa é muito bem aceita no mundo corporativo, estudantil, social, acadêmico, enfim, é importante protagonizar em todas as áreas, encontrar algo novo que possa revolucionar um determinado setor, objeto, e outros. Protagonizar é agir como um empreendedor, é ter iniciativa e “fazer acontecer.”

A palavra protagonista tem origem na língua grega, no termo “protagonistas”, primeiro ator do drama grego, a personagem principal de um filme, romance ou peça de teatro. A palavra é constituída pela junção dos termos “proto”, que significa “primeiro” ou “principal” e agon, que indica “luta” ou “peleja” (COSTA; VIEIRA, 2006).

Segundo Costa e Vieira (2006), esse conceito pode ser pensado por cinco etapas distintas e independentes, porém, ligadas entre si. A primeira etapa é a “atitude”, que vislumbra uma disciplina e visão inspiradora de futuro, na qual o indivíduo busca transformar as ideias em ações concretas e tira do papel todos os conceitos teóricos. É um dos pilares do protagonismo porque dá ao agente uma visão de “personagem principal” de uma terminada ação, campanha ou projeto.

Costa e Vieira (2006) falam, em uma segunda etapa, sobre o termo “proatividade”, que é a necessidade de ser “proativo” o tempo todo, antecipando-se aos fatos e atento a todos os acontecimentos. Seja no mundo dos negócios, no mundo acadêmico ou em outros setores, ficar ligado nas oportunidades, não as deixando escapar, é uma característica marcante de todo o “ser protagonista”.

Outra virtude ou característica é “necessidade” ou “paixão”, que são a “natureza competitiva” do indivíduo protagonista. Ter necessidade em fazer algo ou, mais, adquirir uma paixão pelo que se propõe a fazer são instintos que devem ser trabalhados em todas as pessoas, mas que são inerentes àquele que tem o espírito protagonista, empreendedor (COSTA; VIEIRA, 2006).

O quarto aspecto indicado por Costa e Vieira (2006) é o “significado”. As pessoas protagonistas realizam os trabalhos com um “significado”, um destino final. Em todos os aspectos da vida é preciso ter um significado para o que está sendo proposto, com disciplina e metodismo - além do planejamento anterior, a fim de que as coisas aconteçam.

O último aspecto diz respeito ao “repensar”. O ser protagonista não hesita em repensar no que não deu certo para que o projeto saia de acordo com o proposto, com o planejado.

Repensar continuamente suas ideias e ações é importantes características das pessoas com visão de protagonismo, de vanguarda (COSTA; VIEIRA, 2006).

Com base na etimologia da palavra “protagonismo” pode considerar que protagonista é aquele que vislumbra algo que ainda vai acontecer e, mais, trabalha para que as inovações aconteçam o mais rápido possível, transformando a própria realidade e, principalmente, a sociedade como um todo (LEÓN; ABRAMO, 2008). Não basta, então, apenas querer ser protagonista, tem de ter o “espírito aventureiro” e não ter medo de errar em sua tentativa.

Os grandes inventores ao longo da história da humanidade não tiveram medo de ousar. Muitos pagaram até com a própria vida para que seus inventos fossem, aos longos das décadas posteriores, aprimorados e desenvolvidos para o bem da humanidade. Santos Dumont, o brasileiro considerado o “pai da aviação”, só para citar um exemplo, foi aquele visionário que sonhava que um equipamento mais pesado que o ar pudesse levantar voo.

Mas não ficou apenas no “sonho de Ícaro”, ele tomou todas as iniciativas para que essa ideia tomasse forma no final do século XIX e início do século XX. Até que em 20 de setembro de 1898 ele realizou em Paris, na França, o primeiro voo de um balão com propulsão própria, dando início ao projeto do avião (COSTA; VIEIRA, 2006).

Anos depois, em 1906, o brasileiro foi o primeiro a decolar a bordo de uma aeronave impulsionado por um motor a gasolina. Ele voou no dia 23 de outubro daquele ano cerca de 60 metros a uma altura de dois a três metros no Campo de Bagatelle, em Paris (COSTA; VIEIRA, 2006).

Nos dias atuais, é possível usufruir desse protagonismo para os negócios e para o lazer e não nos vemos sem esse equipamento que se moderniza a cada dia. Mas tudo iniciou com um homem que se propôs a ser protagonista.

2.2.1 O protagonismo juvenil

Em âmbito internacional, o enunciado protagonismo juvenil já era manifesto nos documentos internacionais produzidos entre 1985 e 1998, faltando somente um nome para caracterizar a participação política dos jovens. Esse nome adveio justamente pelo termo

protagonismo, que não constava na literatura que versava sobre a juventude nas décadas de 60, 70 e 80. Até 1998, o termo ainda não fazia parte do discurso da juventude, embora já desse mostras de algumas aproximações, porém diferente do sentido no qual ele se consolidaria mais adiante (SOUZA, 2009).

Em março de 2001, a expressão “protagonismo juvenil” ocupou posição de destaque, valorizando a participação da juventude de forma positiva. O termo “protagonismo” veio à tona em uma publicação cujo tema principal eram os projetos. Trata-se de publicação feita pelo Cepal, que trouxe os resultados de um encontro, realizado em novembro de 1999 na sede da Comissão, de 40 jovens de quatro países, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai (CEPAL; UNESCO, 2001 *apud* SOUZA, 2009).

Entretanto o termo não foi capaz de fixar-se como aglutinador de um discurso já consolidado. Na publicação mais recente, intitulada *Políticas públicas de/para/com juventudes é* mencionada, aparece apenas o termo protagonistas em referência a jovens que participam e se destacam em alguma área (SOUZA, 2009).

Hoje se reconhece a força que essa expressão tem nos discursos dos gestores, nas práticas dos profissionais e nos documentos oficiais, onde o protagonismo ou diga-se a participação ativa dos jovens vem ganhando força cada vez maior como um movimento, um eixo ou diretrizes de uma política na promoção da saúde dos adolescentes e jovens e enfrentamento da violência.

No Brasil, a Fundação Odebrecht foi a organização pioneira na consolidação do protagonismo juvenil, seguida pelo Instituto Ayrton Senna e pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) (SOUZA, 2009).

O enunciado *protagonismo juvenilé* provável que tenha sido mencionado, por escrito, pela primeira vez num artigo do fascículo, datado de março/abril de 1996, do periódico *Odebrecht Informa* editado pela Fundação. O título do artigo “Protagonismo Juvenil: projetos estimulam adolescentes a atuarem como agentes de ações voltadas para a comunidade”, sintetizava muito bem alguns dos pontos principais do discurso já bem consolidado: a adoção dos projetos como estratégia pedagógica, a noção de *atuação* (noção de ator social) concomitante a noção de atividade (*o fazer*) como o modelo de participação na sociedade, uma mal definida ideia

de “comunidade”, que tem a função de indicar que se trata de atividades locais, dirigidas a segmentos populacionais específicos e demarcados (SOUZA, 2009).

Nos anos de 1997 e 1998 fatos importantes deram ao protagonismo juvenil maior visibilidade. Em outubro de 1997 ocorreu no Memorial da América Latina, em São Paulo, o *Fórum Internacional sobre Protagonismo Juvenil*, promovido pela Fundação Odebrecht, Instituto Ayrton Sena e Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Na imprensa, o enunciado *Protagonismo Juvenil* apareceu, em posição de destaque em 1998, primeiro ano de realização do seminário *Vem ser Cidadão*, promovido pelo Instituto Internacional para Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC), com apoio da Fundação Odebrecht, Unicef e governo do Paraná, na cidade de Faxinal do Céu (PR) (SOUZA,2009).

O conceito, no entanto, surgiu quando os educadores chegaram à conclusão de que apenas com uma participação protagônica seria possível formar indivíduos autônomos, solidários, competentes e participativos, capazes de intervir de uma forma ativa, construtiva e criativa em seu ambiente escolar e sociocomunitário (FLORES; SANTANA, 2006). Na origem do protagonismo tem que existir uma opção livre do jovem que participa do planejamento e execução da ação, e depois, da avaliação dos resultados.

Algumas questões se mostram muito presentes na instituição de uma política nacional, servindo como eixos orientadores para a sua elaboração. Entre estas, resalte-se o binômio exclusão/inclusão social, o incentivo ao protagonismo juvenil, e a concepção da educação como elemento fundamental a ser alvo de intervenção. Estes eixos seguem as orientações dos organismos financeiros internacionais, como metas para o desenvolvimento econômico social do país.

Para Costa e Vieira (2006), o protagonismo juvenil é o elemento central da prática educativa, desde a elaboração até a execução de suas ações e propostas. Para ele, o protagonismo entre os jovens traz estímulo à participação social, ajudando não somente no crescimento pessoal, mas também de uma sociedade em geral.

Protagonismo juvenil é a participação do jovem em atividade que vão além dos âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, a universidade, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em

sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio- comunitário (COSTA; VIEIRA, 2006).

Segundo Ferretti, Zibas e Tartuce (2004), o conceito de protagonismo juvenil é passível de interpretações diversas, nem sempre ficando clara a distinção entre “participação” e “protagonismo” por parte dos autores que tratam a questão.

Boghossian e Minayo (2009), ao realizarem uma revisão sistemática com o tema juventude e participação, destacaram a abrangência do conceito “protagonismo juvenil”, enfatizando as diversas formas como vem sendo adequado e ressignificado. Alertam para a alteração de seu principal sentido, quando empregado de maneira genérica e indiscriminada por instituições e agências internacionais.

Em âmbito internacional o enunciado “protagonismo juvenil” foi mencionado pela primeira vez na Declaração de Lisboa (1988), no entanto com um sentido muito diferente do qual iria se consolidar. Antes desta data, o discurso não se fazia presente em nenhuma literatura internacional que abordasse a juventude (SOUZA, 2009).

No Brasil, a noção de protagonismo juvenil surge num contexto de renovação da ideia de participação e, mais fortemente, no contexto da educação formal, tornando-se o pilar das inovações postuladas na reforma curricular do Ensino Médio e assumindo centralidade em políticas e programas de promoção da saúde de adolescentes e jovens (FLORES; SANTANA, 2010).

Reconhecendo a importância das Políticas Públicas para o fortalecimento das ações de protagonismo juvenil, Boghossian e Minayo (2009) descrevem que a participação de jovens na elaboração e implementação de projetos, programas e políticas que os afetam tem se configurado cada vez mais no discurso dos diversos setores sociais que estabelecem como foco de atenção a juventude, como as organizações internacionais, os governos, as universidades e as entidades da sociedade civil.

Existem várias formas de participação do jovem: militância político-partidária, movimento estudantil, entidades sindicais e associações profissionais, espaços e grupos comunitários locais, grupos culturais e de lazer, mobilização em torno de causas e campanhas de cidadania, grupos ligados a movimentos religiosos, Organizações Não-Governamentais (ONGs)

formadas por jovens, com projetos de atuação social e comunitária, entre outros (FINOCCHIO, 2007).

A ideia que se tem do protagonismo entre os jovens é fornecer ferramentas para que eles possam pensar, não apenas em si próprios e em seu futuro de forma individual, mas também na sociedade em que se encontra inserido. Tudo começa com uma consciência coletiva, visando o bem do coletivo... e o jovem protagonista entra nesta transformação como o ator principal para inovar uma diversidade de situações que não funciona adequadamente em vários setores da sociedade pós-moderna.

Quando se tem a visão de deixar a criação, o desprendimento e as novas ideias aflorarem o conhecimento do adolescente e do jovem, há uma atmosfera de grandes transformações. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos.

O protagonismo juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla... Nesse sentido, participar para o adolescente é envolver-se em processos de discussão, decisão, desenho e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora. Assim, o protagonismo juvenil, tanto como um direito, é um dever dos adolescentes (COSTA; VIEIRA, 2006)

Outro viés bastante aceito sobre essa discussão acerca do protagonismo juvenil, ainda segundo Costa e Vieira (2006), é a prioridade à intervenção na comunidade a partir de ações concretas dos adolescentes e jovens, que colaboraram decisivamente para uma sociedade mais justa e igualitária. As ações de cidadania, como incentivo à proteção ao meio ambiente, à sustentabilidade, ao civismo, entre outros, são questões passíveis de serem ensinadas por uma juventude protagonista, que sabe interagir com a comunidade, pelo diálogo e troca de experiências e valores democráticos.

Porém, na visão de Costa e Vieira (2006), para que o protagonismo juvenil seja desenvolvido é importante desenvolver um novo modelo de relacionamento entre jovens e adultos, em que o adulto não se coloca na posição de transmissor de conhecimentos, tornando-se

um colaborador, melhor dizendo, um parceiro do jovem na busca por novos conhecimentos e ação comunitária. Por esta razão, o adulto não pode subestimar a capacidade do jovem protagonista que se dispõe a fazer algo a favor da sociedade em geral. Se ocorrer essa união em torno de um projeto bem planejado, todos são beneficiados.

2.3 Protagonismo como prática de combate à violência e fomento à cidadania

Na adolescência e juventude a violência tem se mostrado um problema de saúde pública, cujos índices espelham sua relevância para esses grupos etários, bem como tem sinalizado para a necessidade de implementar ações intersetoriais direcionadas à sua vigilância, prevenção e enfrentamento na sociedade brasileira (COUTINHO; SANTOS; FOLMER, 2013).

Como fenômeno social, atinge governos e populações, tanto globalmente quanto localmente, no público ou no privado, estando seu conceito em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como formas de violência. Dessa forma impede que parte significativa dos adolescentes e jovens brasileiros usufrua dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década e revela um potencial inesgotável para o desperdício de talentos, que poderiam ser destinados ao desenvolvimento do País. Além de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (WAISELFISZ, 2013).

A violência sofrida na adolescência acarreta sérias repercussões para o processo de crescimento e desenvolvimento do grupo, diminui a expectativa de vida, reduz o potencial da população, representa custo para as famílias e para os sistemas de saúde, e prejudica os projetos de vida, o que pode resultar na aquisição de atitudes antissociais e na reprodução do ciclo da violência em gerações futuras (SOUZA; SANTANA, 2009).

No ano de 2009, existia 1,2 bilhão de adolescentes com idade compreendida entre 10 a 19 anos de idade no mundo. No Brasil, encontram-se cerca de 45 milhões de nessa faixa etária. Horta e Sena (2010) enfatizam, em sua pesquisa sobre os adolescentes e jovens brasileiros, o alargamento da pirâmide etária na adolescência e juventude, entre 10 e 24 anos. Os adolescentes

e jovens, com idade compreendida entre 10 e 24 anos, totalizam 29% da população mundial, sendo que 80% vivem em países em desenvolvimento (BRASIL, 2008).

Considerando esses índices, Horta e Sena (2010) acreditam que é fundamental elaborar políticas que enfoquem a saúde dessa população, com ações promotoras de saúde, preventivas e curativas, capazes de garantir a assistência integral à saúde dos adolescentes e jovens. Além disso, os jovens são sujeitos sociais com grande potencial de mobilização e de mudança.

Neste estudo direciona-se a atenção para os adolescentes e jovens. A Emenda Constitucional (EC) 65/10 conceitua juventude como importante segmento social que compreende indivíduos de 15 a 29 anos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os adolescentes são aqueles que possuem entre 10 a 19 anos, e os jovens, na classificação da Organização das Nações Unidas (ONU), têm entre 15 e 24 anos, critérios empregados para finalidades estatísticas e políticas.

É nesse período de mudanças e em que muito se busca encontrar a real personalidade que muitas vezes os adolescentes demonstram comportamentos extremos e, em alguns momentos, não se vêem como sujeitos de direitos e de transformação (FONSECA; SENA; SANTOS, 2013). Compreende-se que esses comportamentos e atitudes sinalizam para a ideia de que os adolescentes são indivíduos vulneráveis.

Sierra e Mesquita (2006) atribuem essa vulnerabilidade à imagem retratada de adolescentes como seres frágeis e dependentes dos mais velhos, o que os torna submissos ao ambiente físico e social em que se encontram. O conceito de vulnerabilidade social foi criado com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, ultrapassando o identificador de renda ou a posse de bens materiais da população em geral (ABRAMOVAY et al., 2002).

A vulnerabilidade positiva ocorre quando se aprende pelo vivenciado a tecer formas de resistir, de lidar com o risco e obstáculos de maneira criativa. No Brasil, as principais vulnerabilidades que assolam os adolescentes e jovens são os riscos próprios dos problemas relacionados ao alcoolismo e conflitos entre casais, que muitas vezes têm crianças como testemunhas de agressões e de toda forma de violência, além dos riscos relacionados ao local de moradia, espaços reservados ao lazer, aos relacionamentos de vizinhança e à proximidade da localização dos pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas. Além desses existe os riscos do trabalho infantil, drogas, gravidez precoce e ações criminosas (SIERRA; MESQUITA, 2006).

O governo brasileiro implementou medidas para assegurar uma melhor assistência às crianças e adolescentes, dentre as quais se destacam o ECA, a criação dos Conselhos Tutelares nos municípios, o Programa Bolsa Família e o Programa Saúde na Escola (FONSECA; SENA; SANTOS, 2013).

As Políticas Públicas de juventude começam a ganhar espaço público, à medida que surgem projetos e programas que buscam enfrentar dois grandes problemas indicados pelos jovens: a violência e o desemprego. Estudos (HORTA; LAGE; SENA, 2009; HORTA; SENA, 2010; SILVA, 2014) apontam a ausência de um espaço de escuta dos jovens na construção das políticas que, pelo menos nas fases de implementação e desenvolvimento, deveriam contar com a sua participação direta e efetiva (BRITO, 2005).

Podem-se citar como exemplos de Programas Federais e projetos destinados à juventude no Brasil os seguintes: Projeto Escola Jovem, Programa de Estudantes em Convênio de Graduação, Jogos da Juventude, Programa de Saúde do Adolescente e Jovem, Jovem Empreendedor, Centros de Juventude, Prêmio Jovem Cientista, entre outros (SPOSITO; CARRANO, 2003). A participação dos jovens no enfrentamento dos problemas que afetam sua vida tem sido defendida como um caminho a ser seguido para o alcance da promoção da saúde desse público, representado pelo protagonismo juvenil.

É necessário que se problematize o discurso sobre o protagonismo juvenil, presente nas políticas públicas de juventude, em especial nas áreas da saúde e educação. As ações de protagonismo juvenil oscilam entre o foco sobre uma participação despolitizada dos jovens e a construção de um ativismo social conformista ou, por outro lado, as mesmas fontes acabam indicando possibilidades para a construção da autonomia juvenil (ZIBAS; FERRETI; TARTUCE, 2006).

A Constituição de 1988 ressalta a democracia do governo brasileiro na participação da sociedade civil no debate em busca de soluções para os problemas de alcance local, municipal, estadual e federal. Neste contexto, os jovens brasileiros também estão convidados a exercer o controle social das políticas e, dessa forma, escrever sua própria história (BRASIL, 1988; FLORES; SANTANA, 2006).

O artigo 15º do Estatuto da Criança e do Adolescente diz que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito, à dignidade como pessoas humanas em processo de

desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O artigo 16 especifica essa liberdade definindo-a como liberdade de ir e vir, opinar, expressar-se, brincar, praticar esportes, se divertir, participar da vida familiar e comunitária sem discriminação e participar da vida política nos moldes em que a lei estabelecer (BRASIL, 1990).

Em 2006, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) elege como um de seus objetivos específicos o apoio ao desenvolvimento de espaços de produção social e ambientes saudáveis, favoráveis ao desenvolvimento humano e ao bem-viver, e também a promoção do empoderamento e autonomia de sujeitos e coletividades por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais e de competência em promoção e defesa da saúde e da vida (BRASIL, 2014).

Reconhecendo a importância das Políticas Públicas para o fortalecimento das ações de protagonismo juvenil, Boghossian e Minayo (2009) descrevem que a participação de jovens na elaboração e implementação de projetos, programas e políticas que os afetam tem se configurado cada vez mais no discurso dos diversos setores sociais que estabelecem como foco de atenção a juventude, como as organizações internacionais, os governos, as universidades e as entidades da sociedade civil.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Inicialmente, importa dizer que independentemente do método utilizado em uma pesquisa, sua atenção será sempre direcionada para determinados aspectos dos fenômenos que parecem importantes para o pesquisador. Segundo Goldenberg (2011, p.51), “a totalidade de qualquer objeto de estudo é uma construção do pesquisador definida em termos do que lhe parece mais útil para responder ao seu problema de pesquisa”.

A metodologia da pesquisa constituída de algumas etapas para alcançar o objetivo geral proposto, que de acordo com Lakatos e Marconi (2003) refere-se a uma visão global e abrangente sobre o tema de pesquisa, também relacionado com o conteúdo intrínseco dos fenômenos, dos eventos ou das ideias estudadas e propostos a responder ao questionamento do projeto de pesquisa.

3.1 Delineamento do estudo

Inicialmente foi utilizada a pesquisa bibliográfica, realizada a partir de materiais já publicados em livros, artigos científicos, internet, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Segundo Medeiros e Tomasi (2008, p.46), “além de auxiliar na definição dos objetivos da pesquisa científica, a revisão bibliográfica também contribui nas construções teóricas, nas comparações e na validação de resultados de trabalhos de conclusão de curso e de artigos científicos”.

Referente ao procedimento de coleta de dados, esta pesquisa se classifica como qualitativa.

As pesquisas qualitativas são aquelas que priorizam os dados qualitativos, ou seja, as informações apuradas pelo pesquisador não são indicadas em números, ou se existem dados

numéricos, eles e as conclusões neles fundamentadas possuem uma importância menor na análise. Dito de outra forma, a análise dos dados coletados não é feita estatisticamente. Caracteriza-se pela empiria e sistematização progressiva do conhecimento até o entendimento lógico interno de um grupo ou do processo em estudo (GOLDEMBERG, 2011).

Seguindo esta mesma concepção, Marconi e Lakatos (2010, p. 269) apontam que “a metodologia qualitativa se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.”.

Sintetizando, a pesquisa que visa uma interpretação de caráter qualitativo é uma modalidade de investigação na qual os dados são coletados preferencialmente através de interações sociais e analisados subjetivamente.

Assim, compreende-se que esta pesquisa está inserida neste tipo de abordagem, pois objetiva, principalmente, entender o protagonismo juvenil nas universidades operacionalizado através do Projeto Rondon.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

Foi realizado o levantamento bibliográfico, em artigos e livros que tratam do tema abordado na pesquisa como: cidadania e protagonismo juvenil. Todo trabalho científico, toda pesquisa, deve ter o apoio e o embasamento da pesquisa bibliográfica para que não se desperdice tempo com um problema que já foi solucionado e possa chegar a conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Adicionalmente, em março de 2019 foi pesquisada a página da internet que explica o Projeto Rondon (<https://projettorondon.defesa.gov.br/portal/>), seus objetivos, atuação e ações em prol da cidadania.

3.3 Tratamento dos dados

Após a leitura dos dados fornecidos pelo site foi realizada uma síntese explicativa listando os pontos mais importantes sobre o Projeto Rondon, seus objetivos, ações e importância para o fomento ao protagonismo juvenil e construção da cidadania. Estas informações foram apresentadas no estudo de caso realizado neste estudo e discutidas conforme a literatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto Rondon é um projeto de integração social coordenado pelo Ministério da Defesa do Brasil com a participação voluntária de estudantes universitários em busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e aumentem o bem-estar da população. É realizado em parceria com vários ministérios e com o apoio das Forças Armadas, que fornecem o apoio logístico necessário e segurança para as operações. Conta com a colaboração de governos estaduais e municipais, bem como de empresas socialmente responsáveis. Suas ações são orientadas por um comitê de orientação e supervisão constituído por representantes dos Ministérios da Defesa, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Esportes, Integração Nacional, Meio Ambiente, Saúde e da Secretaria-Geral da Presidência da República (UFSC, 2019).

O Projeto inspira-se por princípios consagrados por Marechal Rondon.

Caracterizado pelo esforço concentrado do Governo e das Instituições de Ensino superior, entre estudantes universitários da comunidade, em busca de soluções que contribuam com o desenvolvimento sustentável e ampliem o bem-estar da comunidade.

Duas vezes ao ano, nos meses de março/abril e setembro/outubro o Projeto Rondon publica um convite para todas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil para se inscreverem e participar da seleção para as operações que terão início no ano seguinte.

Uma comissão de avaliação interministerial selecionam as IES, tendo como critério os melhores projetos submetidos.

Os objetivos do Projeto Rondon são:

- Contribuir para a educação de estudantes universitários como cidadãos;
- Integrar o estudante universitário no processo de desenvolvimento nacional, através de ações participativas sobre a realidade do país;
- Consolidar o sentido de responsabilidade social e coletiva do estudante universitário, em favor da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais;

- Incentivar a produção de projetos coletivos locais por universitários, em parceria com as comunidades atendidas.

Os “*rondonistas*”, como são chamados os professores universitários e estudantes que participam do projeto, realizam atividades nas áreas de Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Agricultura; Saúde; Tecnologia e Trabalho. Em cada município escolhido, duas Instituições de Ensino Superior são selecionadas por meio de uma convocatória aberta para o desenvolvimento de atividades vinculadas aos projetos desenvolvidos pelas equipes de Rondon. As equipes trabalham no município por duas semanas e, após dois dias de treinamento, na capital do estado em que atuarão.

Figura 1 - Projeto Rondon em municípios rondonenses



Fonte: Governo do Maranhão (2016)

Figura 2 - Projeto Rondon na Amazônia



Fonte: Amazônia Brasil Radio Web (2019)

Figura 3 – Projeto Rondon em atuação no Pará



Fonte: Nova Escola (2019)

Trata-se de um Projeto de extensão universitária que incentiva o protagonismo juvenil, podendo ser um importante aliado dos municípios em termos de ações visando ao desenvolvimento e bem-estar da população carente. Com o esforço conjunto dos governos municipal, estadual e federal e dos agentes da sociedade, entende-se que o Brasil pode ser um país melhor, ao levar justiça social àqueles que vivem às margens da sociedade.

No artigo intitulado “Responsabilidade Social no Ensino Superior”, Bolan e Motta, (2007) descrevem que o papel da extensão universitária vai além da prática pedagógica. Segundo o Plano Nacional de Extensão (PNE) é fator preponderante para o desenvolvimento acadêmico, a

interligação entre a Universidade e população, atribuindo práticas acadêmicas por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com isso o cidadão consegue se credenciar pela formação profissional já que o espaço de produção do conhecimento se privilegia quando supera desigualdades sociais.

Bolan e Motta, (2007) mostram no seu trabalho a valorização e o resgate da real importância dessas universidades, no cenário nacional tanto social como econômico cuja imagem fora distorcida de seus princípios, por políticas públicas, missões institucionais equivocadas e até por gestores descuidados e despreparados para o exercício ético de suas 58 funções. Por esse motivo Bolan e Motta (2007) descreve que a partir daí a comunidade universitária começou a tornar públicas suas boas práticas de ética e condutas acompanhando o movimento global dessas práticas na comunidade educacional. Enaltecendo o caráter da responsabilidade social acadêmica, os autores afirmam sua importância da seguinte forma:

Uma instituição educacional considerada socialmente responsável traz para a academia os problemas da sociedade e cria um ambiente que fomenta a formação de lideranças, que propõe soluções, intervenções, discussões e tecnologias que contribuem para que a própria sociedade possa superar esses problemas. (BOLAN; MOTTA, 2007, p.24).

Trata-se, pois, de um projeto que fomenta a educação em direitos humanos, levando à conscientização e empoderamento de comunidades carentes.

O projeto fundamenta-se em uma concepção contemporânea de direitos humanos, inspirada em valores humanistas, defendendo os princípios de liberdade, igualdade, equidade e diversidade de forma universal, indivisível e interdependente. Adota como uma das finalidades mais importantes da educação o conceito de cidadania compreendendo-a como ativa, democrática e planetária.

O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os (as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. Além disso, propõe a formação de cada cidadão(ã) como sujeito de direitos, capaz de exercitar o controle democrático das ações do Estado (PROJETO RONDON, 2017).

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Essa investigação teve por objeto central analisar o protagonismo entre os jovens nas universidades operacionalizado através do Projeto Rondon. Com esse trabalho foi possível perceber que há ainda um grande caminho a ser seguido nesta linha do incentivo ao protagonismo com vistas ao fomento à cidadania.

Muitas ações têm sido realizadas, porém ainda há uma tendência com o tradicional, com a falta de instrumentos para que os estudantes ocupem um lugar de destaque dentro do atual esquema educacional brasileiro.

As possibilidades de desencadeamento de mudanças efetiva a partir de um processo de capacitação em educação em direitos humanos estão relacionadas à capacidade de aliar o sentir e o pensar na discussão de situações da realidade.

O movimento de ação, reflexão e ação transformadora corresponde às exigências desse desafio. Nesse sentido, o Projeto Rondon, desenvolvido junto às universidades em torno da defesa de direitos humanos certamente originará novas iniciativas e projetos voltados a novas necessidades e valendo-se dos recursos disponíveis nos diferentes contextos interativos dos participantes do Projeto.

REFERÊNCIA

ABRAMOVAY, Mirian. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: Unesco; BID, 2002.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

AMAZÔNIA BRASIL RADIO WEB. **Operação do Projeto Rondon começa neste sábado.** 19 Jan. 2018. Disponível em: <<https://chicoterra.com/tag/projeto-rondon/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

BITTENCOURT, Wastony Aguiar . **A Constituição de 1988: Democracia e Política.** 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56301/a-constituicao-de-1988-democracia-e-politica>> acessado em 25 mar. 2019

BOGHOSSIAN, C.O; MINAYO, M.C.S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009.

BOLAN, V; MOTTA, M.V. Responsabilidade Social no Ensino Superior. **Revista de Educação**, v. 10, p. 204-210, set. 2007

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Dou de 5.10.1988.** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **DOU de 16.7.1990 (retificado em 27.9.1990).** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Diretrizes para a implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.** Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** Brasília, DF, 2014.

BRITO, A. J. R. Consórcio Social da Juventude de São Paulo: tecendo considerações sobre as escolhas e as perspectivas de inserção no mundo do trabalho das juventudes. **Imaginário**, v. 11, n. 1, p. 161-187, dez. 2005.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural.** São Leopoldo. Editora Unisinos, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, Antonio Carlos Mendes; VIEIRA, Maria Adenil. **Protagonismo Juvenil.** São Paulo: Editora FTD, 2006.

COUTINHO, R.X; SANTOS, W.M; FOLMER, V. Prevalência de comportamentos de risco em adolescentes. **Caderno de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 441-449, 2013.

FERRETTI, Celso J; ZIBAS, Dagmar M.L; TARTUCE, Gisela Lobo B.P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. In: **Cadernos de Pesquisa**. 2004, vol. 34, n. 122, pp. 411-423.

FINOCCHIO, Silvia. Práticas dos jovens de hoje (e fantasmas dos adultos de ontem). In: CADERNOS ADENAUER VIII, **Geração Futuro**. n.º.2, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2007.

FLORES, T.M; SANTANA, R.C. Protagonismo Juvenil: perspectiva no Brasil. In: BRASIL, MS. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional – Pomar/Usaid Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. **Programa de Ações Integradas e referenciais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no território brasileiro**. Brasília, 2006.

FONSECA, F.F; SENA, R.K.R; SANTOS, R.L.A. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Rev. Paul Pediatría**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-64, 2013.

GOLDENBERG, Mirian. Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. In: _____. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOVERNO DO MARANHÃO. **Projeto deixa marcas positivas em municípios maranhenses**. 2016. Disponível em: <<https://www.ma.gov.br/projeto-rondon-deixa-marcas-positivas-em-municipios-maranhenses/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

HORTA, N. C.; LAGE, A. M. D.; SENA, R. R. Produção científica sobre políticas públicas direcionadas para jovens. **Rev. enf. UERJ**, v. 17, n. 4, p. 538-43, set./dez. 2009.

HORTA, N.C; SENA, R.R. Abordagem ao adolescente e ao jovem nas Políticas Públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 475-495, 2010.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEÓN, Oscar Dávila; ABRAMO, Helena Wendel. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, M.V; PAPA, F.C. (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Comunicação Científica: normas técnicas para redação científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

NOVA ESCOLA. **MEC retoma Projeto Rondon**. 2019. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/15697/mec-retoma-projeto-rondon-entenda-o-que-significa>>. Acesso em 10 mar. 2019.

SANTOS, Flávio Batista. O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: Um estudo com alunos do Ensino Fundamental na cidade de Ibaiti-PR. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2014/2014_-_SANTOS_Flavio_Batista.pdf> acessado em 13 mar. 2019

SIERRA, V.M; MESQUITA, W.A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 148-155, 2006.

SILVA, J. G. **Homicídio de jovens no Brasil: o desafio de compreender a consequência fatal da violência**. 2014. 144 f. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade*, 1(1): 1-28, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uniban.br/index.php/RBAC/article/viewFile/37/40>. Acesso em 8 de dez. 2018.

SOUZA, M.K.B; SANTANA, J.S.S. Atenção ao adolescente vítima de violência: participação dos gestores municipais de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 547-555, 2009.

SPOSITO, M.P; CARRANO, P.C. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de educação**, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003.

TAVARES NETO, José Querino; SILVA, Juvencio Borges. **Ações Coletivas e Construção da Cidadania**. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Rondon. 2019. Disponível em: <<http://proexpr.ufsc.br/projeto-rondon/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

WAISELFISZ, J.J. Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no brasil. Rio de Janeiro: Cebela/Flacso Brasil, 2013.

ZIBAS, D. M. L; FERRETTI, C. J.; TARTUCE, G. L. B. P. Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 51-85, 2006.